INFORMATIVO ONLINE APUR

Nº 60 - Cruz das Almas (BA) - 17 de Janeiro de 2017 - www.apur.org.br

APUR PELA BASE

Informativo ONLINE

GESTÃO APUR PELA BASE - O QUE FIZEMOS

Nesses dois anos à frente da Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR), muito trabalho foi realizado, e tudo para garantir os direitos dos docentes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e uma educação de qualidade para o povo do Recôncavo..

GREVE 2015

NA LUTA CONTRA OS CORTES,
NA DEFESA DA UFRB
O RECÔNCAVO EXIGE OS 12 MILHÕES

A GENTE NÃO QUER SÓ SALÁRIO
A GENTE QUER SALÁRIO, EDUCAÇÃO E ARTE!
APUR

NA LUTA CONTRA OS CORTES,
NA DEFESA DA UFRB

O RECÔNCAVO EXIGE OS 12 MILHÕES
RETIRADOS DA UFRB

IMPERIAL
Cosméticos
IMPERIAL
& Estética
NA LUTA CONTRA OS CORTES,
O RECÔNCAVO EXIGE OS 12 MILHÕES
RETIRADOS DA UFRB

PRESENTES
EXPANSÃO NO ENSINO SUPERIOR?
SÓ SE FOR COM QUALIDADE

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRB
A GENTE NÃO QUER SÓ SALÁRIO
A GENTE QUER SALÁRIO, EDUCAÇÃO E ART
DOCENTES DA UFRB
EM GREVE

O RECÔNCAVO EXIGE OS 12 MILHÕES
Docentes da UFRB contra os cortes de verbas
Em defesa da Universidade Pública
ADUR

Centro de Artes, Humanidades e Letras
DOCENTES DA UFRB
EM GREVE

EXPANSÃO NO ENSINO SUPERIOR?
SÓ SE FOR COM QUALIDADE
ADUR

MÓVEIS

APUR

DOCENTES DA UFRB
EM GREVE

Calvin Klein Jeans

DOCENTES DA UFRB
EM GREVE

EXPANSÃO NO ENSINO SUPERIOR?
SÓ SE FOR COM QUALIDADE
APUR

APUR

O RECÔNCAVO EXIGE OS 12 MILHÕES
RETIRADOS DA UFRB
APUR

DOCENTES FEDERAIS
EM GREVE

A PÁTRIA NÃO É EDUCADORA,
MAS A GREVE SIM!
QUANDO NÃO HÁ DIGNIDADE NO TRATAMENTO DADO AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO?

DOCENTES FEDERAIS
EM GREVE

PONTO DE TAXI

É EDUCADORA,
REVE SIM!

OS CORTES.
O RECÔNCAVO EXIGE OS 12 MILHÕES
RETIRADOS DA UFRB

NA LUTA CONTRA OS CORTES
RECÔNCAVO EXIGE OS 12 MILHÕES
RETIRADOS DA UFRB

ÃO QUER SÓ SALÁRIO
LÁRIO, EDUCAÇÃO E ARTE!

Com 127 votos a favor, 35 contra e 4 abstenções, os docentes da UFRB aprovaram a deflagração da greve imediata no dia 17 de junho de 2015. Os docentes se mostraram indignados com o descaso com que o governo vem tratando a educação, refletido no corte de 30%. Não era uma greve fácil, mas os docentes da UFRB estavam dispostos a mostrar à sociedade o risco que a educação publica de qualidade estava sofrendo.

Com esse intuito, todos os campi da UFRB foram percorridos. Debaixo de sol ou de chuva, os docentes foram às ruas explicar à população o que estava acontecendo com a educação do país. Marcamos presença na posse da atual reitoria da UFRB, não como meros expectadores, mas como combatentes que não se calar diante dos ataques à educação pública de qualidade. Em nossas assembleias também buscamos levar o esclarecimento sobre a conjuntura política do Brasil, sempre trazendo especialistas para fortalecer o debate. Não podemos esquecer de nossos momentos de descontração com café da amanhã e almoço especial, um ponto importante que nos permitia trocarmos experiências com colegas de outros centros.

ESTATUINTE

Desde que as discussões sobre a Estatuinte da UFRB foram iniciadas, a APUR sempre fez questão de contribuir, seja participando de todos os debates, incentivando seus filiados a se inscreverem como delegados, publicando as notícias, fazendo boletins especiais sobre o assunto, seja cobrando dos responsáveis. Infelizmente, tudo indica que o processo da estatuinte está parado, não fosse a APUR sempre bater nessa tecla, o tema já teria caído no esquecimento. A última notícia sobre a Estatuinte é de mais de um ano atrás, maio de 2015. À época, a instituição tornava pública a abertura das inscrições para a eleição de delegados voluntários para a constituição do Colégio Estatuinte. Em entrevista concedida à APUR no dia 14 de dezembro de 2015, a Presidente da Comissão Estatuinte, professora Rita Dias, informou que em alguns centros não candidatura de delegados.

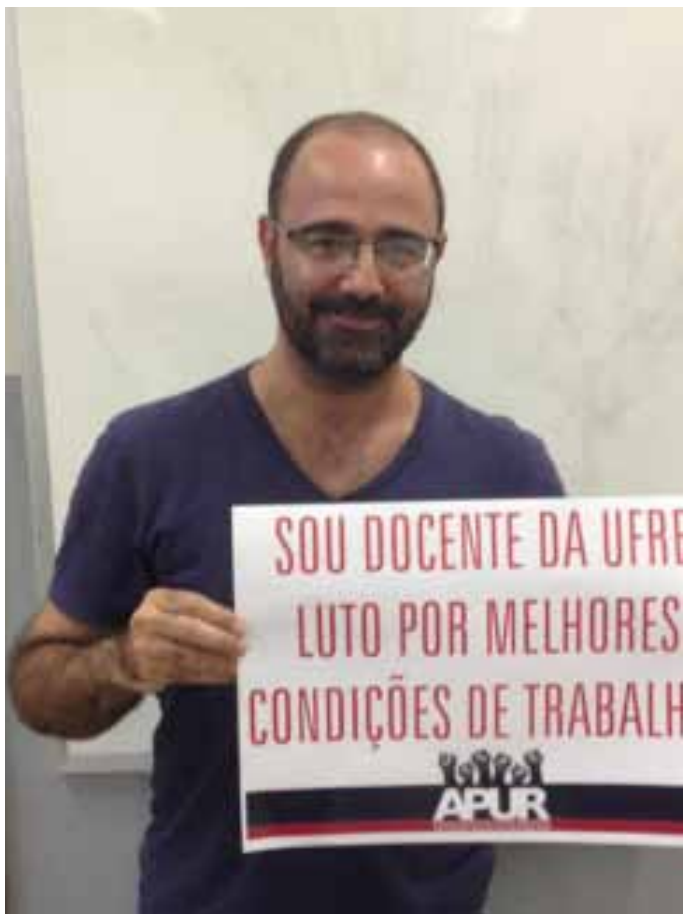
É importante cobrarmos respostas sobre essa questão, pois não podemos esquecer que o estatuto é fundamental para toda e qualquer instituição de ensino. São os estatutos e regimentos que regulamentam as regras e normas legais de uma universidade. Será por meio do Estatuto que conseguiremos discutir não apenas a estrutura jurídica do funcionamento da UFRB, mas também sua democratização.

REGIME DE TRABALHO NA UFRB

SOU DOCENTE DA UFRB
LUTO POR MELHORES
CONDIÇÕES DE TRABALHO!
APUR

SOU DOCENTE DA UFRB
SOU CONTRA O PL 4330 E
AS MP's 664 E 665!
APUR

OU DOCENTE DA UFRB
U CONTRA O PL 4330 E
AS MP's 664 E 665!
APUR


SOU DOCENTE DA UFRB
LUTO POR MELHORES
CONDIÇÕES DE TRABALH
APUR

SOU DOCENTE DA UFRB
EXIJO A REVERSÃO DO CORTE
DE VERBAS PARA EDUCAÇÃO!
APUR

SOU DOCENTE DA UFRB E LUTO
POR MELHORES CONDIÇÕES DE
TRABALHO!
APUR

SOU DOCENTE DA UFRB E SOU
CONTRA O PL 4330 E AS MP
664 E 665!
APUR
SOU DOCENTE DA UFRB E LUTO
POR MELHORES CONDIÇÕES DE
TRABALHO!
APUR
SOU DOCENTE DA UFR
O CUMPRIMENTO D
HORAS JÁ!
APUR

CENTE DA UFRB E QUERO
MPRIMENTO DA LDB: 8
HORAS JÁ!
APUR
SOU DOCENTE DA UFRB E LUTO
POR MELHORES CONDIÇÕES DE
TRABALHO!
APUR

Nossa reivindicação pelo mínimo de 8 e máximo de 12 horas em sala de aula começou em 2014, mas tivemos que esperar dois anos para termos uma resposta positiva sobre esse direito da categoria docente, apesar da lei ser clara quanto a isso. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)- Lei Nº 9.394/1996, que é quem define e regulariza o sistema de educação do Brasil de acordo ao que reza a Constituição, em seu artigo 57, “Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas”.

Foi somente em 2016 que os docentes da UFRB, graças à intensa mobilização da APUR e de sua base, tiveram esse direito assegurado. Agora, o mínimo de 8 e máximo de 12 horas em sala de aula será uma realidade para nossos docentes.

DEBATES SOBRE A SITUAÇÃO POLÍTICA DO BRASIL

Como principais contribuidores na formação política de nossos discentes, os docentes da UFRB não poderiam ficar inertes diante da atual situação política de nosso país, que se viu retrocedendo em seus direitos democráticos com um impeachment, um golpe patrocinado pelo Congresso e Senado, e apoiado pela direita e pela imprensa golpista. Não nos conformamos em ficarmos em cima do muro, demos às caras e fomo veemente em dizermos NÃO AO GOLPE, e agora gritamos em alto e bom som FORA TEMER!

Isso porque já previámos qual seria a postura do presidente golpista e ilegítimo Michel Temer. Assim que o golpe foi consumado, já nos víamos diante de inúmeros ataques à classe trabalhadora. O PL 257/16, que agora passa a ser PLC257, caso seja aprovado em definitivo (o que é provável diante de um governo golpista como o de Michel Temer), trará efeitos devastadores para o funcionalismo público como: o fim de concursos públicos, congelamento de salários, ampliação da terceirização e precarização dos serviços. Além disso, o PLC ainda promove o desmonte dos serviços públicos, chegando a alterar 38 itens da Lei de Responsabilidade Fiscal em prejuízo dos entes federativos, por meio da redução do limite prudencial. Os sindicalistas acreditam ser esta uma proposta nociva de privatização do Estado brasileiro.

Não bastassem os problemas que enfrentaremos com o PL257, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados debateu e aprovou, por 33 votos a 18, a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição 241/2016. A PEC 241/16 determina um novo teto para o gasto público, que terá como limite a despesa do ano anterior corrigida pela inflação. A proposta é que a PEC congele gastos públicos por 20 anos, o que pode ocasionar o sucateamento da saúde, da educação e da Previdência Social.

A PEC 241 será seguida de outras medidas de ajuste, que serão adotadas em nível infraconstitucional. As que já estão colocadas são: 1) a dispensa de servidor por insuficiência de desempenho, 2) mudanças nos critérios de progressão e promoção de servidores, 3) restrições na concessão de pensões, nas aposentadorias por invalidez e no auxílio-doença, e 4) novo arrocho na concessão do abono do PIS/Pasep e do seguro-desemprego.

Como podemos observar, o “novo” governo já tem mostrado para o que veio, aplicar duros golpes à cidadania e aos direitos dos brasileiros e brasileiras. É importante que tenhamos em mente que a consumação do golpe não é uma simples troca de governo, mas sim de uma ação que lesou a população brasileira, tirando de suas mãos o direito de decidir o futuro do país para colocar a decisão nas mãos de uma parcela da classe política, do judiciário e da imprensa corrupta.

NOTA
APUR DEFENDE O DIREITO ÀS FÉRIAS E RESPEITO À RESOLUÇÃO DE CARGA HORÁRIA

Desde a sua existência, a APUR tem defendido o direito às férias dos/as docentes da UFRB. É pública nossa posição pelo recesso anual no mês de janeiro, a fim inclusive de conciliar a programação das mesmas com as férias dos familiares, e também por conta das condições de trabalho durante dias de piores condições climáticas (calor), já que não temos ventilação adequada na maioria das unidades de ensino. Reiteramos o compromisso e reafirmamos a posição histórica das assembleias em defesa das férias docentes no mês de janeiro em todos os anos.

Apesar de não termos assento e nem voto no CONAC, reafirmamos que a aprovação de qualquer calendário deve atentar pelo respeito à Resolução 005/2016 que versa, entre outras coisas, sobre a carga horária mínima e máxima de aula das/os docentes, conquistada pela categoria sob a direção da APUR no ano passado. Reivindicamos que sejam respeitados os agendamentos de férias já autorizadas.

Mais uma vez nos dirigimos aos membrxs do CONAC para que considerem esta demanda histórica das/os professores/as em todas as reuniões que tratem de calendário acadêmico.

A qualidade e preservação dos direitos das/os professores/as é condição sine qua non para a qualidade do serviço público, para a produtividade, para a saúde e para a defesa da Universidade Pública e Gratuita.

Diretoria da APUR

CENTRAIS SINDICAIS SE REÚNEM PARA ELABORAR CALENDÁRIO DE LUTAS PARA 2017

Na primeira reunião de 2017, realizada na sede do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) nesta quarta-feira (11) em São Paulo, as Centrais Sindicais CSP-Conlutas, CUT, Força Sindical, Nova Central, CSB, UGT, CTB, definiram a elaboração de um plano de estratégias para a luta dos trabalhadores contra as reformas previdenciária e trabalhista, ambas previstas para encaminhamento e votação na Câmara dos Deputados assim que terminar o recesso parlamentar.

Resguardadas as diferenças apreciativas de matérias, foi unânime a posição entre as centrais de que o conjunto de medidas apresentado pelo Governo Federal não será aceito, motivando assim a organização dos trabalhadores contra esses projetos, pela unidade na luta, e na elaboração de estratégias para impedir mais ataques aos direitos trabalhistas.

Para as Centrais Sindicais, a agenda de ataques aos direitos dos trabalhadores demanda uma agenda de mobilização unitária, com datas de atuação conjunta a serem definidas na próxima reunião, agendada para 20 de janeiro em São Paulo. Ainda sobre a Reforma da Previdência, o Dieese realizará um seminário, dias 7 e 8 de fevereiro em São Paulo, com ciclo de debates posterior nos Estados.

Atnágoras Lopes, membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas, explicou que a Central sabe das dificuldades e diferenças, mas a reunião renova as possibilidades de, finalmente, concretizar um calendário e uma ação comum de todo o movimento. "Temos insistido na convocação da greve geral e vamos continuar fazendo isso. Esse é o instrumento possível e necessário de ser realizado. Não há o que negociar, temos que derrotar essas propostas e também o governo e os corruptos desse Congresso. Conforme surgiu nas discussões, precisamos aproveitar a reunião do dia 20 e fechar imediatamente um calendário comum de mobilização", concluiu Atnágoras.

Disponível em: http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8594

O QUE ESTÁ POR TRÁS DA PROPAGANDA DA PREVIDÊNCIA O QUE ESTÁ POR TRÁS DA PROPAGANDA DA PREVIDÊNCIA

Governo Temer investe em publicidade para convencer população sobre reforma

Escrito por: Danilo Motta

Para tentar conquistar o apoio da população à reforma da Previdência, o governo Temer investiu em propaganda massiva via redes sociais. As páginas oficiais governamentais publicaram nas últimas semanas uma série de vídeos defendendo as mudanças, muitos deles usados como propaganda nos meios de comunicação. Mas alguns pontos precisam ser mais bem esclarecidos, para que os trabalhadores não sejam enganados.

Um deles, intitulado Entenda a Reforma da Previdência, foi publicado na página do Palácio do Planalto no Facebook em 6 de dezembro – mesmo dia em que o governo encaminhou a proposta ao Congresso. Nele, o secretário de Previdência Social, Marcelo Caetano, aparece "explicando" a medida. Veja, ponto a ponto, o que se esconde nas entrelinhas dessa propaganda:

'Idade mínima para se aposentar passa para 65 anos'
VERDADE CRUEL – Idade mínima para se aposentar passa a ser 65 anos para todos, em vez dos atuais 55 para mulheres ou 60, para homens. No caso dos trabalhadores rurais vale a mesma regra, ou seja, idade mínima de 65 anos para a aposentadoria, apesar de, via de regra, ingressarem mais cedo no mercado e da rotina mais penosa de trabalho.

'Tempo mínimo de contribuição será de 25 anos'
VAMOS DETALHAR – De fato, o tempo mínimo será de 25 anos. Entretanto, para ter direito a receber o valor integral do benefício de aposentadoria (ou seja, média salarial durante tempo de contribuição), são necessários 49 anos de contribuição ininterruptos. Isso porque o benefício passa a ser calculado levando-se em conta a parcela de 51% das maiores contribuições com 1% adicionais a cada ano de contribuição. Ou seja, para atingir os 100%, o trabalhador precisa ficar 49 anos na ativa, sem interromper o pagamento ao INSS. Caso não consiga cumprir todos estes requisitos, o trabalhador tem direito ao equivalente a 76% da média salarial, acrescido de 1 ponto porcentual por ano de contribuição além dos 25 exigidos.

'Homens a partir de 50 anos e mulheres com 45 ou mais terão regra de transição'
VAMOS DETALHAR – O trabalhador ou a trabalhadora que estiver na faixa etária citada terá de pagar um "pedágio", que equivale a 50% do tempo que seria necessário para se aposentar pelas regras atuais. Ou seja, se você precisa contribuir por mais quatro anos pela regra atual para se aposentar, vai precisar ficar na ativa por mais seis anos caso a reforma seja aprovada (4 + 50%).

'O objetivo da reforma é dar sustentabilidade à previdência no longo prazo, poder garantir o pagamento das aposentadorias e pensões das pessoas lá pra frente'
NÃO É BEM ASSIM – O principal argumento do governo para aprovar a proposta é o chamado "rombo da previdência". Entretanto, a maior parte deste déficit alegado pelos defensores da reforma tem causas não relacionadas à previdência propriamente dita, como benefícios concedidos a empresas e a Desvinculação de Receitas da União. Dessa forma, o aumento no tempo de contribuição pelo trabalhador não garantiria, por si só, o equilíbrio dessas contas tal como apresentadas pelo governo.

‘Reforma valerá também para políticos e servidores’
NÃO É BEM ASSIM – Os militares foram excluídos da reforma, apesar de serem os responsáveis por metade do dito “déficit”. Eles continuariam nas regras atuais: a categoria pode se aposentar com 30 anos de serviço recebendo salário integral. Enquanto que os civis, como já detalhamos, precisariam contribuir ininterruptamente por 49 anos para ter direito à aposentadoria integral.

‘A gente gasta com pensão por morte muito mais que países mais velhos e mais ricos que a gente em termos proporcionais’
NÃO É BEM ASSIM – O Japão é o país com a maior expectativa de vida do planeta: 83,7 anos, segundo a Organização Mundial da Saúde. Mesmo assim, em novembro passado, o parlamento do país aprovou uma reforma na lei da previdência social que reduz o tempo mínimo de contribuição para aposentadoria, de 25 anos para 10 anos. Hoje, o Brasil tem 20,2 milhões de trabalhadores com 65 anos de idade ou mais. Destes, somente 13,4% compõem a força de trabalho, estando os demais estão fora do sistema. Esta característica demográfica brasileira evidencia a dificuldade que a população idosa terá para se manter na ativa e contribuindo para poder se aposentar.

Disponível em: http://cut.org.br/noticias/o-que-esta-por-tras-da-propaganda-da-previdencia-3b1a/

CUT NACIONAL LANÇA NOTA PÚBLICA COM POSICIONAMENTO SOBRE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A CUT é contra qualquer proposta de mudança na Previdência que retire direitos e aumente as dificuldades já existentes na vida de trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.

“PREVIDÊNCIA DEVE ESTAR A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO COM DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E VALORIZAÇÃO DO TRABALHO”

A CUT é contra qualquer proposta de mudança na Previdência que retire direitos e aumente as dificuldades já existentes na vida de trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. Por outro lado, a CUT defende que o sistema previdenciário social seja público, universal e com controle social, como forma de impedir que o país amplie ainda mais as desigualdades sociais.

Estas são bandeiras históricas da Central; pontos de honra.

O debate em curso sobre a necessidade de reformar a Previdência está repleto de mitos, com o objetivo de angariar apoio entre aqueles que mais dependem de uma aposentadoria digna após uma vida inteira de trabalho. A principal artimanha desses mitos é fazer crer que os brasileiros que não estão contentes com a aposentadoria que recebem são vítimas de tantos outros que recebem privilégios.

A intenção desses fabricantes de mitos – consultorias, economistas e até mesmo alguns setores do governo – é incitar milhões de descontentes a procurar inimigos imaginários entre seus próprios pares.

Há problemas na Previdência, mas nenhum pode ser atribuído aos trabalhadores. Aliás, o maior deles é a necessidade de inserir milhões de trabalhadores que se encontram fora do sistema de proteção social. A CUT está encarando o desafio de participar do Fórum Nacional da Previdência por dois motivos: impedir que as mentiras repetidas tantas vezes prevaleçam nas decisões e garantir mudanças que protejam quem tem em sua força de trabalho o único meio de sustento.

A CUT, na defesa de um sistema de previdência social pública e universal, reafirma:
• identificação clara das fraudes, das sonegações e de seus autores, e a conseqüente cobrança dos débitos;
• cobrança efetiva dos maiores devedores, já identificados publicamente;
• garantia de que o orçamento da seguridade social seja utilizado somente para o financiamento do sistema;
• gestão quadripartite da Previdência Social, com participação e poder decisório dos trabalhadores e transparência das contas para a população;
• garantia de que as isenções concedidas pelo governo a diversos setores sejam cobertas pelo Tesouro, e não pelas contribuições dos trabalhadores e empresas que cumprem seu dever;
• que o Tesouro financie a Lei Orgânica de Assistência Social, como previsto por dispositivo constitucional, e a Previdência Rural;
• manutenção do vínculo entre o salário mínimo e o piso previdenciário;
• fim do fator previdenciário;
• que a contribuição das empresas à Previdência passe a ser calculada também sobre o faturamento, e não somente sobre a folha de salários, como forma de ampliar a arrecadação junto a setores que ganham muito e empregam pouco.

Temos clareza de que as comparações entre nosso sistema previdenciário e o de outros países mais desenvolvidos, sempre com o objetivo de criar mitos, causam gritantes distorções. Não é justo dizer que nossa realidade, em que milhões de brasileiros começam a trabalhar ainda crianças, deve se pautar pela realidade norueguesa, por exemplo, em que a maioria entra no mercado de trabalho já adulta, com forte capacitação acadêmica e sustentada por uma rede pública de serviços que lhe garante os direitos básicos.

E não aceitamos o argumento de que os recursos destinados a aposentadorias e pensões sejam a causa dos problemas enfrentados pela população na rede pública de atendimento. Tais problemas são, na verdade, frutos de injustiças existentes desde o início de nossa história, hoje consubstanciadas em elementos como o imenso superávit primário destinado ao pagamento da dívida interna, da qual se beneficia 0,04% das famílias brasileiras.
No Brasil, 67% dos aposentados e pensionistas recebem um salário mínimo, segundo dados do próprio Ministério da Previdência. Não é um cenário de privilégios e facilidades, o que qualquer trabalhador sabe por experiência própria.
Queremos o crescimento econômico e o desenvolvimento do país, mas com distribuição de renda e valorização dos trabalhadores e trabalhadoras.”

Artur Henrique
Presidente nacional da CUT

Disponível em: http://www.assufrgs.org.br/noticias/cut-nacional-lanca-nota-publica-com-posicionamento-sobre-a-reforma-da-previdencia/

ENTENDA A REFORMA TRABALHISTA DE TEMER

Editorial Esquerda Online

“Um belíssimo presente de Natal”, afirmou o presidente Michel Temer (PMDB), em coletiva de imprensa nesta quinta-feira (22), no Palácio do Planalto, ao anunciar, às vésperas do fim do ano, a proposta de Reforma Trabalhista que o governo encaminhará ao Congresso Nacional para aprovação. A medida apresentada através de projeto de lei retrocede direitos consolidados na Constituição Federal de 1988, com medidas como a tentativa de regulamentação de jornada de 12 horas por dia. Caso aprovada, negociações feitas pelas empresas também poderão prevalecer sobre o que diz a legislação em vários pontos.
Temer já afirmou que lamenta a baixa popularidade, mas que “pretende ser lembrado”. Deixa claro que, para ele, não importa o quão ilegítimo é o seu governo e a baixa reivindicação dessas medidas por parte da maioria dos brasileiros. Com confiança na ação conjunta dos três poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário, Temer não hesita para tentar passar confiança e cumprir com a real motivação de ser o “representante” do impeachment. O presente de Feliz Natal e a boa lembrança são destinados a satisfazer uma ínfima minoria.

O que muda no projeto de Reforma Trabalhista

Toda a lógica da Reforma Trabalhista visa consolidar ainda mais a relação do trabalhador em função das necessidades das empresas, que ditam se preferem trabalhos temporários, exercício exaustivo de 12 horas de jornada, banco de horas, jornadas menores submetidas a menores salários. A lógica passa longe de assegurar o trabalhador, que fica sujeito à flexibilização, falta de segurança, entre outras consequências.
Com a reforma, ao contrário, primam medidas que podem aprofundar ainda mais a terceirização; a precarização do trabalho, com jornada de 12 horas formalizada e a ampliação do contrato de trabalho temporário; perda de bases legais para os acordos com as categorias, prevalecendo os acordos com os sindicatos e entidades dos trabalhadores em detrimento do previsto em lei e o estabelecimento do modelo de contrato de trabalho baseado na produtividade, em detrimento da jornada de trabalho.

Uma das principais mudanças dizem respeito à jornada de trabalho. Com a proposta, o trabalho de 12 horas seguidas passa a ser regulamentado. São oito horas de trabalho, mais quatro horas extras. Na semana, o limite do número de horas também aumenta, para 48 horas, sendo 44 mais quatro extras.

O trabalho temporário, antes regulamentado em 90 dias, passa a ser de 120 dias, podendo ser prorrogado. Com isso, pode aumentar o número de trabalhos precários e alguns, que não eram considerados temporários, passam a ser, flexibilizando as relações.

Já em relação aos acordos com os empregadores, agora, o negociado passa a valer mais do que o legislado. Todo funcionário sabe o quão difícil são as campanhas salariais, o quanto é forte o assédio nas empresas, a tentativa de flexibilizar direitos e de não cumprir o mínimo assegurado em lei. Com a medida, esses aspectos aparentes nas negociações passam a ser prevalentes. Perde força o mínimo de base para uma perspectiva mais coletiva dos direitos e os acordos fechados com as categorias passam a ter peso legal.

E não são poucos os pontos que passam a estar submetidos ao crivo das empresas. Entre eles, está o parcelamento das férias em até três vezes; acordo de direito, ou não, à participação nos lucros e resultados; acordo cobre 220 horas de jornada por mês; regulamentação do banco de horas, que pode ser convertido em acréscimo tendo como mínimo 50%, também sob discussão com o empregador; o tempo de intervalo durante a jornada, tendo como base o mínimo de 30 minutos; o tempo gasto de percurso até o trabalho e do trabalho para o local de residência; plano de cargos e salários; registro da jornada de trabalho; ingresso no seguro-desemprego e a remuneração do trabalho remoto por produtividade.
No Regime parcial, o prazo de 25 horas semanais passa a ser de 26 horas, com 6 horas extras ou 30 por semana sem horas extras. O pagamento das horas extras, caso não compensadas, será de 50% sobre o salário equivalente à hora.

Também entre as medidas está o anúncio de uma Medida Provisória que será encaminhada ao Congresso Nacional para a implementação do chamado Programa Seguro-Emprego (PSE), que, assim como Programa de Proteção ao Emprego (PPE) iniciado no governo de Dilma (PT), em 2015, flexibiliza direitos com a redução da jornada com redução de salários. O projeto é uma tentativa de salvar as empresas da crise e deixar o trabalhador a mercê de empreiteiras que, durante o período de crescimento econômico, garantiram lucros milionários no país.

Mudanças estruturais
A pressa do governo de Michel Temer em encaminhar com pedido de urgência a proposta de Reforma Trabalhista faz parte da tentativa de realizar, na imposição, mudanças estruturais nas condições de vida dos trabalhadores.
O pacote de maldades é extenso, desde a limitação de gastos em áreas fundamentais por 20 anos, como saúde e educação, através da PEC 55, ou mesmo com o PLP 257, com as medidas de austeridade em nível estadual, além das reformas da Previdência, Política e agora, a Trabalhista. Não são apenas mudanças pontuais, mesmo que sejam apresentadas em formas de fatias. A proposta da burguesia para o Brasil é consolidar a posição de dependência e, para isso, precisa jogar a conta da crise nas costas dos trabalhadores. Um dos primeiros passos desse plano macabro é aprofundar a precarização das relações de trabalho.

Disponível em: http://esquerdaonline.com.br/2016/12/22/entenda-reforma-trabalhista-de-temer/

AO PODER PÚBLICO ESTADUAL E FEDERAL- CARTA EM DEFESA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UERJ

Nós, servidores da UERJ e demais membros da sociedade civil em seus diversos segmentos, denunciamos, com profunda indignação, a dramática situação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e solicitamos ao poder público que assuma o compromisso com o pleno funcionamento da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

A UERJ é a 5ª melhor Universidade do Brasil e a 11ª da América Latina, de acordo com o ranking "Best Global Universities 2016", aferido com base em indicadores que mensuram a performance nas áreas de pesquisa acadêmica, número de docentes premiados e reputação regional e global.

Patrimônio científico e cultural do Rio de Janeiro, a UERJ firmou sua existência ao longo de 64 anos com avanços e inovações científico-acadêmicas que resultaram em 33 cursos de graduação, 54 de mestrado, 42 de doutorado, 142 de especialização, 623 projetos de extensão, intercâmbios e parcerias internacionais, e dois centros médicos de atendimento e pesquisa: Hospital Universitário Pedro Ernesto e Policlínica Piquet Carneiro - ambos com reconhecidas expertises em vários domínios das ciências médicas. Além do Colégio de Aplicação, que atende a estudantes nos níveis fundamental e médio.

Essas conquistas acadêmicas resultam do esforço conjunto de todos os segmentos da Universidade. Dentre esses esforços, destaque-se o programa Prociência, que permitiu à UERJ alcançar os atuais níveis de excelência. A UERJ é também pioneira em sua missão social ao ser precursora na implantação do sistema de cotas.

Todavia, somente em 2013 foi instituído, e de forma incompleta, o regime de dedicação exclusiva, existente há muito nas Universidades Federais. Além disso, há que se destacar a intolerável defasagem salarial frente à remuneração das Universidades Federais, resultado de 14 anos sem reajuste linear.

Neste momento, a UERJ enfrenta uma crise profunda e sem precedentes, agravada desde o final de 2015, quando o governo do Estado do Rio de Janeiro passou a submeter a Universidade a um progressivo abandono, um verdadeiro processo de sucateamento. A degradação tornou-se pública em fins de 2016, com a propalada falência do estado do Rio de Janeiro, que resultou na falta de pagamento do custeio da Universidade e dos salários de seus servidores. Submetida a condições inaceitáveis, a UERJ encontra-se paralisada.

Conclamamos, portanto, o poder público, em suas diferentes esferas – estadual e federal-, a assumir sua responsabilidade pelo destino de 2.977 docentes altamente qualificados, 4.519 funcionários técnico-administrativos especializados e 32.220 estudantes, desta que é a 5ª melhor Universidade do Brasil.

Profª Maria Emilia Prado- Titular/História- /Profª Mônica Leite Lessa. Associada/Relações Internacionais- Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ.

RESENHA - A RADIOGRAFIA DO GOLPE, POR JESSÉ SOUZA

Escrita por: Antonio Eduardo Oliveira

Os fios condutores dos golpes de Estado, inclusive o atual no Brasil, são sempre escamoteados, justamente por aqueles que realizaram os golpes. De uma maneira mais ampla, a realidade é apresentada de maneira confusa e fragmentada para impedir uma clarificação de como os 'donos do poder" promovem uma fraude bem perpetrada contra o povo.

Na obra intitulada "A radiografia do golpe". Entenda como e por porque você foi enganado e no artigo O golpismo de ontem e o golpismo de hoje (publicado como capitulo em A Tolice da Inteligência brasileira) Jessé Souza, ex- presidente do IPEA no governo Dilma e destacado intelectual brasileiro apresenta uma instigante abordagem sobre o papel da imprensa, do judiciário e das elites do dinheiro no golpe de Estado contra a presidenta eleita Dilma Rousseff.

Na sua construção analítica, em especial no livro A Tolice da Inteligência brasileira, mas também presente na Radiografia do Golpe, Jessé Souza desenvolve sua argumentação de maneira polêmica contra os cânones do pensamento social brasileiro(Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, entre outros). Trata de uma critica mordaz, marcante nas formulações do autor ao longo da sua produção intelectual contra os pressupostos teóricos da "inteligência que vai distorcer a história e a compreensão do país para todas as outras classes por meio das universidades e das escolas."

Independente das posições que podemos tomar em relação as recriminações apresentadas contra os autores clássicos, é interessante o debate sobre como determinadas formulações foram sendo acomodadas para proporcionar a construção de determinado "consenso' interpretativo, que gera submissão. A critica de Jessé Souza sobre o papel dos " intelectuais colonizados da universidade" é contundente, decorrendo que "a elite do dinheiro precisa de outras elites." Sendo que "a primeira elite a ser comprada é a intelectual."
Além disso, é inegável como salienta o autor que "no cotidiano das universidades, na discussão acadêmica e no debate público, no entanto, é a defesa do status quo, das pequenas distinções e vaidades e das hierarquias existentes que assumem a dianteira por meio do sacrifício do valor da verdade."

Entretanto, é exagerada a concepção manifesta de que essas teorias são responsáveis por "escravizam o nosso espírito e nos fazem agir contra nossos melhores interesses.", portanto, advogando um idealismo como principal fator explicativo. Não é objeto dessa resenha, aprofundar esse debate sobre o sentido geral das teorias e noções desenvolvidas pela inteligência brasileira nem muito menos as apreciações criticas formuladas por Jessé Souza.

O que é mais relevante a ser ressaltado é a inestimável contribuição dos textos de Jessé Souza sobre a crise política brasileira, na medida que representa um importante posicionamento político contra o golpe e contribui para uma compreensão dos motivos dos atores em disputa.

No primeiro capitulo do Radiografia do Golpe, o autor apresenta como os golpes realizados no Brasil nunca foram contra a corrupção, mas sempre foram realizados para garantir mais dinheiro para a elite do dinheiro fácil.

Dessa forma, as benefícios corporativas e os mecanismos de captura do Estado pela Elite do dinheiro "são encobertas sob o véu espaçoso da farsa de guardião da moralidade pública, montada para os tolos. " .."TV e imprensa , sócia na rapina executada pela elite do dinheiro. A farsa que se construiu midiaticamente foi satanicamente refinada e sofisticada. "

Pode ainda ser notado, o suposto combate contra a corrupção e a mobilização moralista da classe média tem como finalidade o combater e mesmo derrubar governos nacionalistas ou/ de esquerda. Sendo que essa verdadeira fraude política, não é uma novidade da atual crise política, pois como é destacado no artigo O golpismo de ontem e o golpismo de hoje "em todos os casos a classe média conservadora foi usada como massa de manobra na tentativa de derrubar os governos Vargas, Jango e agora Lula/Dilma e conferir o " apoio popular" a consequente legitimidade para esses golpes, sempre no interesse de meia dúzia de poderosos. "

Quanto mais o governo cedia aos golpistas, mais os ataques eram intensificados pela mídia, sendo que a "seletividade da questão da corrupção, ao se concentrar apenas no PT, procurando atingir de qualquer modo o ex-presidente Lula. "

Em relação ao significado da corrupção no capitalismo, e como a classe média é fisgada pelas campanhas seletivas contra a corrupção são apontados duas questões importantes:

1) O moralismo das classes médias é sempre em relação ao outro (políticos, PT, governo, pobres do Bolsa família que são comprados para votar no PT,etc): " o moralismo da classe média no Brasil sempre foi extremamente seletivo e antidemocrático ao tempo. Sua seletividade implica ver o mal sempre "fora de si mesma" e nunca em sua própria ação cotidiana de exploração de outras classes, de quem ela rouba o tempo, a energia e qualquer possibilidade de redenção futura. "

2) O moralismo das classes médias não apresenta um conteúdo político claro, sendo inclusive hostil a própria política e aos partidos, vistos como " impuros" : "o moralismo de classe média sempre une o desprezo pela política em geral e a busca por uma "virtude idealizada"… A corrupção galvaniza a solidariedade 'emocional" das classes médias, que se imaginam moralmente superiores as outras, e confere respeitabilidade moral e política a esses assaltos à soberania popular."

Não obstante, esses fatores do moralismo seletivo das classes médias, salienta o autor que a corrupção ou arte de enganar na busca incessante pelo Lucro, é endêmica no capitalismo, assim como monopolização e o processo de instrumentalização do Estado pelos capitalistas.

Além do mais, é apresentada uma critica a visão Weberiana de que existe uma oposição absoluta entre "capitalismo aventureiro" enquanto capitalismo de saque e de grandes lucros eventuais e "capitalismo moderno" sóbrio e do lucro cotidiano, mas justo e contido."

Essa é a mesma visão apresentada pelos procuradores da Lava Jato, que a corrupção seria segunda pele do brasileiro, uma vez que nossos colonizadores foram os Portugueses , por outro lado, os Norte-americanos não seriam corruptos, pois foram colonizados por Ingleses. Assim, o Capitalismo moderno é entendido não somente como "ganho em racionalidade", mas também como "ganho em moralidade".

Isso não poderia estar mais longe da verdade. o capitalismo norte americano é infinitamente mais corrupto do que o brasileiro. Na verdade, não existe critério possível de comparação. A noção de que países periféricos ou atrasados como uma republiqueta de banana seriam mais corruptos do que puro EUA, é uma tolice sem precedentes. Como principal capitalista do mundo, com uma imensa riqueza acumulada, os Estados Unidos e as megas empresas multinacionais são as grandes promotoras da fraude, manipulação, corrupção e saque no mundo inteiro. Jessé Souza apresenta como exemplos conhecidos, entre muitos, o saque americano ao petróleo no oriente médio e a fraude na crise de 2008: " o Capitalismo monopolizado de hoje não só fabrica balanços falsos de empresas e países com interesse de lucro e cria a ilusão de que grandes empresas e bancos fraudulentos são "grandes demais para quebrar" (como ficou patente na crise financeiro de 2008).

No capitulo 2 O golpe "legal" e a construção da farsa é destacado que como as pautas bombas no congresso nacional e as noticias negativas no terreno econômico alimentava a "Crise política criada e manipulada midiaticamente. As manchetes diárias constroem a artilharia pesada contra governos. "

O golpe teve como um dos grandes articuladores as empresas de comunicação. Sem a construção das narrativas pela mídia não teria acontecido a desestabilização do governo Dilma, a Lava Jato e mesmo o aprofundamento da crise econômica, uma vez que os dados eram manipulados e as perspectivas negativas eram criadas.

Depois da quarta derrota consecutiva, as forças da oposição conservadora chegaram a conclusão que seria preciso utilizar todos os arsenais para retirar o governo do PT de qualquer forma, neste esquema comandado pela elite endinheirada e pelo complexo jurídico-policial, "A imprensa é fundamental nesse processo e primeiro elemento da estratégia de fabricar um golpe". Esse processo pode ser percebido, antes do impeachment na maneira como a mídia se apropriou das manifestações de 2013, criando uma imagem de "povo contra o governo' e " povo contra a corrupção". A manipulação da mídia dos protestos visava "pautar" os protestos. " Essa pauta foi pensada no sentido tanto de construir um fio condutor anti- corrupção" expressa na PEC 37 que dava garantias para policia, Ministério Público e poder judiciários a capacidade de investigar, acusar e julgar. Constituindo uma sólida aliança entre a mídia e aparelho repressivo do Estado.

Para ser possível a quebra dos direitos democráticos e rasgar os votos de mais 54 milhões de eleitores, foi preciso a votação do impeachment pelo congresso nacional, mas a campanha da midia golpista em torno da corrupção precisa de uma materialidade com aparência de "imparcialidade" e " anti corrupção", que evidentemente o congresso nacional não poderia preencher. Assim "É necessário legitimar o assalto ao principio da soberania popular como única fonte que permite vincular legalidade e legitimidade do regime democrática e representativo."

Neste sentido, é um equivoco apresentar o impeachment como sendo tão somente um golpe parlamentar, pois foi preciso a construção de uma rede envolvendo uma articulação entre a imprensa, os representantes políticos e a elite conservadora. Um aspecto fundamental nesta operação de encobrimento do golpe e criação de uma legalidade e legitimidade foi o papel desempenhado por um ator institucional que agrupou e acionou os instrumentos vinculadas a campanha pré – fabricada. Esse personagem institucional não poderia ser os parlamentares do congresso nacional, apesar da votação ali acontecer, seria necessário um elemento supostamente apolítico, em 1964 foram os militares e em 2016, o judiciário.

Em contexto de "ressentimento contra os de cima (corruptos e responsáveis por todas as mazelas) e de baixo (que não sabe votar e se deixam manipular)" o papel tutelar do judiciário é decisivo, na medida que são apresentados como elementos exteriores da política e como defensores do interesse público.

"esses órgãos não apenas recrutam seus quadros prioritariamente na classe média conservadora e moralista. Todos os interesses materiais e ideais dessas corporações – com alguns dos mais altos salários da República, além de benesses e privilégios de todos os tipos, aliados ao prestigio social, especialmente em sua classe de origem, reservado aos que lutam contra a corrupção".

GUILHERME BOULOS, LÍDER DO MTST, É PRESO PELA POLÍCIA DO ALCKMIN

Boulos prestava solidariedade às famílias que foram despejadas pela polícia em uma área ocupada em São Mateus, zona leste de São Paulo

Escrito por: CUT Nacional

Guilherme Boulos, líder do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), foi detido pela Polícia Militar de Geraldo Alckmin nesta manhã de terça-feira (17) enquanto resistia a reintegração de posse de 700 famílias em São Mateus, em São Paulo.
Boulos foi conduzido ao 49º DP, onde presta depoimento neste momento. Segundo seu advogado ao jornal Folha de S. Paulo, "antes do despejo, o líder tentou negociar com os policiais para que a ação fosse adiada", mas não adiantou.

Para justificar a prisão arbitrária, a polícia de Alckmin disse que houve "desobediência", porém o advogado contesta a versão e afirma que não houve desobediência. Boulos prestava solidariedade às familias que foram despejadas pela PM de uma área ocupada na zona leste da capital paulista.

A prisão de Boulos é um claro sinal à política de repressão de Alckmin e João Dória que pretendem a partir de agora perseguir os movimentos sociais e de esquerda.

Veja a nota do MTST
Prisão absurda de Guilherme Boulos
O companheiro Guilherme Boulos, membro da coordenação nacional do MTST, que estava acompanhando a reintegração de posse da ocupação Colonial, visando garantir uma desfecho favorável para as mais de 3000 pessoas da ocupação, acaba de ser preso pela PM de São Paulo sob a acusação de desobediência civil.

Um verdadeiro absurdo, uma vez que Guilherme Boulos esteve o tempo todo procurando uma mediação para o conflito.
Neste momento, o companheiro Guilherme está detido no 49ª DP de São Mateus.

Não aceitaremos calados que além de massacrem o povo da ocupação Colonial, jogando-os nas ruas, ainda querem prender quem tentou o tempo todo e de forma pacífica ajuda-los.
Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

Disponível em: http://cut.org.br/noticias/guilherme-boulos-lider-do-mtst-e-preso-pela-policia-do-alckmin-c05c/